



TJDFT

Poder Judiciário da União
Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios

SECRETARIA DE RECURSOS MATERIAIS - SEMA

ETP - Estudo Técnico Preliminar Lei nº 14.133/2021

As orientações para elaboração do ETP se encontram em [FORMULÁRIOS](#) no Canal do Gestor de Contrato.

A ausência de informações nos itens não obrigatórios deverá ser devidamente justificada.

1. IDENTIFICAÇÃO DA DEMANDA

Aquisição de Munições Calibre 12 - [3678561](#)

2 - FUNDAMENTAÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO/PROBLEMA A SER RESOLVIDO

(Item obrigatório - art. 18 §1º inc. I da 14.133/2021 - Descrever com clareza a necessidade administrativa ou o problema que se pretende solucionar com a compra/contratação, evidenciando a motivação da demanda)

A presente contratação tem por objetivo adequar a dotação de munições do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT) às diretrizes legais e regulamentares vigentes, especialmente no que se refere ao controle, aquisição e uso de armas de fogo e munições por agentes da segurança institucional.

A medida está em conformidade com a Lei nº 10.826/2003 (Estatuto do Desarmamento), regulamentada atualmente pelo Decreto nº 11.615/2023, que revogou dispositivos anteriores e consolidou normas sobre produtos controlados e porte de armas. Também atende ao disposto na Lei nº 12.694/2012, que trata da segurança institucional do Poder Judiciário.

A contratação visa dar efetivo cumprimento à Resolução CNJ nº 291/2019, consolidada pela Resolução CNJ nº 403/2021, que institui a Política Nacional de Segurança do Poder Judiciário, e à Resolução CNJ nº 344/2020, com alterações pela Resolução CNJ nº 430/2021, que disciplina o exercício do poder de polícia administrativa no âmbito dos tribunais. Ambas exigem que os tribunais disponibilizem equipamentos compatíveis com o grau de risco das funções exercidas pelos servidores da Polícia Judicial.

Além disso, a aquisição de munições específicas e compatíveis com os armamentos institucionais tem como finalidade dotar os membros da segurança institucional do TJDFT dos meios necessários para o pleno exercício das atividades de escolta armada, segurança pessoal de magistrados e servidores em situação de risco, e policiamento ostensivo, conforme previsto na legislação vigente.

As munições também serão utilizadas em treinamentos regulares de capacitação e aprimoramento técnico, com o objetivo de garantir o manuseio seguro e proficiente dos armamentos institucionais, prevenindo o mau uso e promovendo a excelência operacional dos agentes da Polícia Judicial e dos magistrados que atuam em situações de risco.

A contratação atende ainda aos requisitos legais para o porte de armas pelos agentes do TJDFT, conforme previsto no art. 4º da Lei nº 10.826/2003, no art. 4º da Resolução Conjunta CNJ/CNMP nº 04/2014, e no art. 4º da Resolução TJDFT nº 17/2013, que exigem formação funcional em instituições de ensino de atividade policial, forças armadas ou cursos credenciados.

Por fim, a aquisição proposta está alinhada à Política Nacional de Segurança do Poder Judiciário, contribuindo para a continuidade do plano de capacitação e treinamento dos agentes e inspetores da Polícia Judicial, bem como para o manejo e defesa pessoal de magistrados, conforme os incisos XX e XXI do artigo 39 e o inciso VIII do artigo 40 da Portaria GPR nº 732/2020. A medida garante a segurança institucional, a legalidade, a eficiência e a economicidade da atuação do TJDFT.

3 - ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

PLANEJAMENTO DA DEMANDA E VINCULAÇÃO COM PLANOS, PROGRAMAS OU PROJETOS DO TJDFT

3.1. Houve alteração quanto às iniciativas de alinhamento ou à necessidade da demanda para consecução de programas ou projetos do Portfólio Estratégico do TJDFT, conforme apresentado no Documento de Formalização da Demanda - DFD?

☒ Não.

☐ Sim. Indique as alterações:

3.2. Descreva a relação existente entre a demanda apresentada e os Planos, Programas ou Projetos indicados no DFD e/ou descritas no subitem anterior:

A contratação proposta está alinhada ao Plano Estratégico 2021–2026 do TJDFT, instituído pela Resolução nº 4, de 22 de abril de 2021, que estabelece os objetivos estratégicos da instituição em consonância com a Estratégia Nacional do Poder Judiciário, definida pela Resolução CNJ nº 325/2020.

A aquisição de munições e armamentos contribui diretamente para o cumprimento dos seguintes objetivos estratégicos do TJDFT:

- Objetivo 6 – Fortalecer a segurança institucional e a proteção de magistrados, servidores e usuários do serviço judicial, por meio da disponibilização de equipamentos

compatíveis com o grau de risco das atividades desempenhadas pela Polícia Judicial.

- Objetivo 9 – Promover a valorização e o desenvolvimento de magistrados e servidores, ao viabilizar treinamentos contínuos de capacitação técnica e manuseio seguro de armamentos.
- Objetivo 13 – Assegurar a eficiência na gestão de recursos e infraestrutura, ao garantir que os materiais adquiridos estejam em conformidade com os normativos legais e sejam utilizados de forma planejada e sustentável.

A contratação também está vinculada ao Portfólio Estratégico do TJDFT, gerenciado pelo Núcleo de Gestão de Portfólio e Projetos – NUGESP, que monitora os projetos e programas estratégicos voltados à melhoria da segurança institucional e à capacitação dos agentes da Polícia Judicial.

Além disso, a medida está em consonância com a Política Nacional de Segurança do Poder Judiciário, instituída pela Resolução CNJ nº 435/2021, que estabelece diretrizes para a atuação dos agentes de segurança e para o exercício do poder de polícia administrativa no âmbito dos tribunais.

Portanto, a contratação está estrategicamente integrada aos instrumentos de planejamento institucional do TJDFT, contribuindo para o alcance das metas estabelecidas e para a melhoria da prestação jurisdicional com segurança, eficiência e responsabilidade.

3.2.1. A demanda apresentada poderá impactar nos indicadores do **PLS 2021/2026** que se encontram definidos no Anexo I da [Portaria Conjunta N. 101/2021](#)?

☐ Não impactará.

☒ Sim, de forma positiva. Indique as circunstâncias:

A contratação de munições e armamentos está alinhada ao tema Contratações Sustentáveis, conforme previsto no Anexo I da Portaria Conjunta nº 101/2021, e poderá impactar positivamente os seguintes indicadores:

- ACS – Aquisições e Contratações Sustentáveis realizadas no período-base: A inclusão de critérios de sustentabilidade no processo de aquisição, como logística reversa, descarte ambientalmente seguro e controle de estoque, contribui diretamente para esse indicador.
- PCS – Percentual de Aquisições e Contratações Sustentáveis sobre a totalidade: A contratação com critérios sustentáveis aumenta o percentual de contratações sustentáveis no exercício.
- TEB – Tempo de Estoque de Bens Novos: O planejamento de consumo e a gestão eficiente do estoque de munições contribuem para a redução do tempo de permanência dos itens em depósito, evitando perdas e obsolescência.

Além disso, a medida reforça o compromisso institucional com a eficiência logística, segurança operacional e sustentabilidade ambiental, conforme diretrizes da Política de Sustentabilidade do TJDFT e da Estratégia Nacional do Poder Judiciário.

☐ Sim, de forma negativa. Indique as circunstâncias:

4 - DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

(AVALIE QUAIS OS REQUISITOS SÃO NECESSÁRIOS PARA FUNDAMENTAR A ESCOLHA DA SOLUÇÃO QUE MELHOR ATENDA À NECESSIDADE DESCRITA ACIMA)

Técnicos e Funcionais (compatibilidade com a realidade do órgão - ex.: infraestrutura, sistemas, logística, etc.)

☐ Não

☒ Sim. Descreva aqui: A contratação contempla munições compatíveis com os armamentos adquiridos pelo TJDFT nos últimos anos, conforme PA [0015314/2024](#). Essa compatibilidade é essencial para garantir o pleno funcionamento dos equipamentos, a segurança dos usuários e a padronização logística e operacional da Polícia Judicial.

Desempenho, Qualidade e Segurança:(adequação às exigências operacionais e aos padrões institucionais adotados – ex.: tempo de resposta, vida útil, confiabilidade, proteção de dados, etc.):

☐ Não

☒ Sim. Descreva aqui: As munições possuem características balísticas adequadas para uso institucional, com desempenho comprovado em treinamentos e operações. A padronização dos calibres e tipos de projéteis contribui para a eficiência no uso, manutenção e controle de estoque, além de garantir maior segurança no manuseio e rastreabilidade dos materiais.

Normativos (atendimento a normas técnicas oficiais - ABNT, Inmetro etc.)

☐ Não

☒ Sim. Descreva aqui : A contratação atende às exigências legais e regulamentares vigentes, incluindo a Lei nº 10.826/2003, o Decreto nº 11.615/2023, a Resolução CNJ nº 291/2019 (consolidada pela Resolução CNJ nº 403/2021), a Resolução CNJ nº 344/2020 (alterada pela Resolução CNJ nº 430/2021), e demais normativos internos do TJDFT.

Outros:

☐ Não

☒ Sim. Descreva aqui: A aquisição está alinhada à Política Nacional de Segurança do Poder Judiciário e ao Plano Estratégico do TJDFT 2021–2026, contribuindo para o fortalecimento da segurança institucional e para a capacitação contínua dos agentes da Polícia Judicial. A solução também contempla aspectos de sustentabilidade, como logística reversa e descarte ambientalmente seguro, conforme previsto no PLS do TJDFT.

5 – ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

(ITEM OBRIGATÓRIO – ART. 18 §1º INC. IV DA LEI 14.133/2021)

5.1. Considerando o histórico de consumo de materiais e as quantidades em estoque, ou o histórico dos serviços contratados (ex: posto de trabalho), informe os quantitativos estimados:

A estimativa de aquisição de munição calibre 12 tem como finalidade atender integralmente ao Curso de Capacitação Policial Anual da Polícia Judicial do TJDF e compor a reserva técnica para uso institucional. O dimensionamento foi definido com base no planejamento operacional, que prevê a capacitação de aproximadamente 200 policiais.

Para cada participante, estima-se uma média de 150 disparos durante o curso, abrangendo calibres diversos conforme o acervo de armamento disponível no Tribunal, sendo o calibre 12 um componente essencial para o treinamento de proficiência. Assim, o cálculo considera a demanda projetada per capita, em razão da natureza compulsória e contínua da capacitação.

Importante destacar que não há histórico de consumo deste tipo de munição no Tribunal, pois trata-se da primeira aquisição. Dessa forma, a estimativa baseia-se exclusivamente no Plano de Capacitação Contínua, garantindo o mínimo técnico e operacional necessário para iniciar os treinamentos e assegurar a plena capacidade de resposta institucional, observando os princípios da economicidade e segurança.

A necessidade da aquisição está diretamente vinculada ao Programa de Reciclagem Anual – PRA 2026, previsto no PA nº 0042406/2025, que contempla:

- Curso de Capacitação Policial Anual: 10 turmas, 200 policiais, média de 150 disparos por participante, totalizando 30.000 disparos.
- Curso Prático de Tiro e Curso de Proteção de Dignitários.

A participação é obrigatória e constitui requisito para percepção da Gratificação de Atividade de Segurança – GAS, conforme normativos internos.

Especificação detalhada do material:

Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
Munição calibre 12 GL-101 (projétil detonante com emissão de CS)	un.	250	154,60	38.650,00
Munição calibre 12 não letal modelo AM-403P (balote de 5 a 20 metros)	un.	250	45,52	11.380,00
Valor total da contratação				R\$ 50.030,00

Valor total estimado da contratação: R\$ 50.030,00 (cinquenta mil e trinta reais)

[x] Os documentos utilizados para o cálculo das quantidades adquiridas foram anexados ao processo. Doc SEI (4804804) e PA0042406/2025

6. LEVANTAMENTO DE alternativas/soluções no MERCADO

Alternativa 01 e Valor estimado (R\$):

Fornecedor Nacional Exclusivo (CONDOR) - Valor estimado: R\$ 50.030,00 (cinquenta mil e trinta reais)

A solução proposta contempla a aquisição de munições da CONDOR, reconhecida como único fabricante nacional habilitado para fornecimento dos tipos de munição especificados, conforme declaração de exclusividade constante no processo (Doc SEI nº 4813411)

Alternativa 02 e Valor estimado (R\$): Concorrência Internacional - Valor estimado: Não aplicável no momento

Alternativa "N" e Valor estimado (R\$):

7. ANÁLISE COMPARATIVA E DE SUSTENTABILIDADE DAS ALTERNATIVAS ENCONTRADAS

Entre as alternativas de solução encontradas, foi avaliado o ciclo de vida do objeto (aquisição, transporte, uso/operação, manutenção, descarte)?

[x] Sim [] Não

- Se sim, descreva os critérios utilizados:
(Ex: maior durabilidade, menor custo de manutenção, menor geração de resíduos, reaproveitamento de materiais, logística reversa etc.)

Critérios utilizados:

Técnicos e operacionais:

- Maior durabilidade: As munições adquiridas possuem prazo de validade estendido e resistência a variações ambientais, reduzindo perdas por deterioração.
- Menor geração de resíduos: O uso controlado e rastreado do material evita descarte indevido e permite planejamento de consumo.
- Logística reversa parcial: Em casos de munições vencidas ou inutilizadas, há previsão de devolução ao fabricante ou descarte conforme normas ambientais e de segurança.
- Eficiência no uso: A padronização do calibre e do fabricante facilita o treinamento, manutenção de armamentos e gestão de estoque.

Ambientais:

- Armazenamento seguro: As munições serão armazenadas em ambiente com controle de temperatura e umidade, evitando deterioração e acidentes ambientais.
- Transporte especializado: O transporte será realizado por empresas licenciadas, com veículos e protocolos adequados para produtos controlados e perigosos, minimizando riscos de vazamento ou contaminação.
- Descarte ambientalmente responsável: Munições vencidas ou danificadas serão descartadas conforme normas da Polícia Federal, Exército Brasileiro e legislação ambiental vigente, evitando contaminação do solo e da água.
- Planejamento de consumo: A aquisição será feita com base em demanda real e controle de estoque, evitando excesso e descarte desnecessário.
- Baixo consumo energético: A climatização dos ambientes de guarda será realizada com sistemas eficientes, reduzindo o impacto energético da armazenagem.

Conclusão:

A alternativa nacional (CONDOR) apresenta vantagens técnicas, operacionais e ambientais em relação à concorrência internacional, que enfrenta barreiras legais, logísticas e de compatibilidade. A solução escolhida está alinhada com os princípios da sustentabilidade, eficiência e segurança institucional, conforme exigido pela Lei nº 14.133/2021 e pelas diretrizes do Plano de Logística Sustentável (PLS) do TJDF.

- Se não, justificar:

Foram analisados critérios ou exigências voltados à **proteção ambiental**?

☒ Sim ☐ Não

- Se sim, indique os adotados (assinale todos os aplicáveis):
 - ☒ Logística reversa
 - ☐ Uso de materiais recicláveis ou biodegradáveis
 - ☒ Eficiência energética
 - ☒ Redução de emissão de gases/resíduos
 - ☐ Certificações ambientais (ex: ISO 14001, Selo Procel)
 - ☐ Outros: _____
- Detalhamento das exigências/condições analisadas:
- **Logística reversa:** Munições vencidas ou inutilizadas serão devolvidas ao fabricante ou descartadas conforme normas da Polícia Federal e do Exército Brasileiro, evitando impactos ambientais.
- **Eficiência energética:** A armazenagem será realizada em ambiente com climatização eficiente, reduzindo o consumo de energia elétrica.
- **Redução de emissão de gases/resíduos:** O transporte será realizado por empresas especializadas e licenciadas, com veículos adequados para produtos perigosos, minimizando riscos de vazamento, contaminação e emissão de poluentes.
- **Planejamento de consumo:** A aquisição será feita com base em demanda real e controle de estoque, evitando excesso e descarte desnecessário.

A análise da vantajosidade da solução considerou aspectos econômicos sustentáveis?

☒ Sim ☐ Não

- Se sim, marque os elementos avaliados:
 - ☒ Redução de gastos futuros (energia, manutenção, descarte)
 - ☒ Vida útil estendida do bem/serviço (durabilidade e reutilização)
 - ☒ Eficiência na gestão de recursos (insumos, tempo, mão de obra)
 - ☐ Eficiência na gestão de recursos (insumos, tempo, mão de obra)

☐ Outros: _____

Detalhamento dos elementos avaliados:

- **Redução de gastos futuros:** A padronização dos calibres e a compatibilidade com os armamentos já adquiridos reduzem custos com manutenção, descarte e substituição de equipamentos. O armazenamento eficiente também contribui para menor consumo energético.
- **Vida útil estendida:** As munições possuem alta resistência a variações ambientais e prazo de validade prolongado, o que reduz perdas por deterioração e permite melhor aproveitamento dos recursos adquiridos.
- **Eficiência na gestão de recursos:** A uniformidade dos materiais facilita o planejamento de consumo, o controle de estoque, o treinamento dos agentes e a logística interna, otimizando tempo e mão de obra.

8. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

(ITEM OBRIGATÓRIO. ART. 18 §1º INC. VI DA LEI 14.133/2021)

8.1. Informar o preço estimado da contratação de acordo com a pesquisa realizada:

Valor estimado: R\$ 50.030,00 (cinquenta mil e trinta reais)

8.2. Definição do método utilizado para a estimativa de preço

A estimativa de preço foi realizada com base em orçamento fornecido pelo único fabricante nacional habilitado para o fornecimento dos tipos de munições especificados, conforme declaração de exclusividade constante no processo (Doc SEI nº4813411 e 4813443). A empresa CONDOR é reconhecida como Empresa Estratégica de Defesa, com atuação consolidada junto às Forças Armadas e órgãos de segurança pública, sendo a única apta a fornecer os modelos compatíveis com os armamentos institucionais do TJDF.

Justificativa da impossibilidade de cotação internacional:

Embora existam fabricantes internacionais dessas munições nos, não foi possível realizar cotação internacional devido a diversos fatores impeditivos:

- Restrições legais e normativas: A legislação brasileira exige que munições adquiridas por órgãos públicos sejam fornecidas por empresas registradas e autorizadas pelo Exército Brasileiro e pela Polícia Federal, o que inviabiliza a contratação direta de fornecedores estrangeiros.
- Complexidade logística e alfandegária: A importação de munições envolve licenciamento especial, inspeções técnicas, controle de produtos perigosos e prazos incompatíveis com a necessidade institucional.
- Risco de incompatibilidade técnica: Munições estrangeiras podem apresentar variações balísticas e químicas que comprometem a segurança e o desempenho dos armamentos em uso.
- Ausência de fornecedores internacionais com certificação nacional vigente: Não há fabricantes estrangeiros atualmente credenciados para fornecimento direto ao TJDF.

Dessa forma, a estimativa de preço foi baseada exclusivamente em orçamento nacional, com respaldo técnico, legal e operacional, garantindo a viabilidade da contratação e o cumprimento dos princípios da economicidade e eficiência.

☐ A memória de cálculo e os documentos que lhe dão suporte foram anexados ao processo. Doc SEI _____

9. ESCOLHA e descrição da SOLUÇÃO como um todo

Descreva a solução e apresente a justificativa técnica e econômica para a sua escolha, considerando todos os fatores avaliados (eficiência, sustentabilidade, economicidade, viabilidade, alinhamento institucional)

A unidade demandante, NUPOE no DFD [3678561](#), inicialmente solicitou outros modelos de munições, os quais são de fornecimento exclusivo da empresa CBC – Companhia Brasileira de Cartuchos, cuja aquisição por inexistência tramita sob o PA nº [0022759/2025](#). No presente processo, a demanda refere-se à aquisição de 250 unidades de munição calibre 12 não letal modelo AM-403P (balote com alcance de 5 a 20 metros) e 250 unidades de munição calibre 12 GL-101 (projétil detonante com emissão de CS – gás lacrimogêneo), destinadas a operações específicas de controle de distúrbios e situações críticas.

Essas munições apresentam altíssimo grau de especificidade técnica, pois não se tratam de projéteis convencionais, mas de dispositivos não letais e químicos, com características balísticas e funcionais únicas. A descrição detalhada desses itens é complexa, exigindo conhecimento especializado para garantir conformidade com normas da Polícia Federal, do Exército Brasileiro e padrões internacionais (SAAMI, CIP, NATO). Além disso, a aquisição envolve cuidados adicionais quanto à segurança, rastreabilidade e armazenamento, dada a natureza controlada dos produtos.

Após pesquisa de mercado, constatou-se a inexistência de fornecedores nacionais alternativos capazes de atender às especificações solicitadas. A empresa CONDOR S/A é reconhecida como o único fabricante nacional habilitado para produzir e fornecer esses modelos, fato comprovado pela Declaração de Exclusividade emitida pelo SIMDE (Doc SEI nº [4813411](#)), documento válido e autenticado. Essa exclusividade decorre não apenas da capacidade técnica, mas também da necessidade de credenciamento junto aos órgãos reguladores nacionais, o que inviabiliza qualquer possibilidade de competição.

Diante da especificidade dos itens, da ausência de alternativas no mercado nacional e da complexidade logística e normativa envolvida, a contratação direta por inexistência, nos termos do art. 74, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, é a única solução juridicamente adequada e tecnicamente viável para garantir a padronização, a segurança institucional e a conformidade legal.

10. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO ESCOLHIDA

(item obrigatório. Art. 18 §1º inc. VIII da Lei 14.133/2021)

A solução não será parcelada.

A contratação será realizada de forma integral, considerando os seguintes fatores técnicos, legais e operacionais:

- Padronização do material bélico: As munições a serem adquiridas são compatíveis com os armamentos institucionais já em uso pelo TJDF, exigindo uniformidade de calibres e especificações para garantir segurança, desempenho e rastreabilidade.
- Fornecedor exclusivo: Conforme declaração de exclusividade (Doc SEI nº [4813411](#)), há apenas um fabricante nacional habilitado para fornecer os tipos de munições especificados, o que inviabiliza a divisão em lotes ou itens distintos sem comprometer a funcionalidade e a segurança da operação.
- Eficiência logística e administrativa: O parcelamento da contratação acarretaria aumento de custos administrativos, complexidade na gestão contratual e perda de economia de escala, além de dificultar o controle de estoque e o planejamento de consumo.
- Segurança institucional: A aquisição integral garante o abastecimento contínuo e seguro dos insumos bélicos necessários para o cumprimento das atividades operacionais da Polícia Judicial, especialmente em ações de escolta armada, segurança pessoal e policiamento ostensivo.
- Legalidade e economicidade: A contratação unificada está em conformidade com os princípios da legalidade, eficiência e economicidade previstos na Lei nº 14.133/2021, além de estar alinhada ao Plano Estratégico do TJDF e à Política Nacional de Segurança do Poder Judiciário.

Dessa forma, o parcelamento da solução não é recomendável, pois comprometeria a efetividade, a segurança e a racionalidade da contratação.

11 - RESULTADOS PRETENDIDOS

A contratação proposta visa alcançar os seguintes resultados:

- Capacitação técnica contínua dos agentes da Polícia Judicial do TJDF, por meio de treinamentos regulares com munições compatíveis com os armamentos institucionais, promovendo o manuseio seguro e eficiente dos equipamentos.
- Aprimoramento da segurança institucional, garantindo que os servidores responsáveis pela proteção de magistrados e instalações judiciais estejam devidamente equipados para atuar em situações de risco, conforme previsto na Resolução CNJ nº 344/2020.
- Cumprimento das diretrizes da Política Nacional de Segurança do Poder Judiciário, conforme Resolução CNJ nº 403/2021, assegurando que os tribunais disponham de insumos bélicos adequados ao grau de risco das funções exercidas.
- Eficiência logística e operacional, por meio da padronização dos calibres e da aquisição junto ao fornecedor exclusivo, o que facilita o controle de estoque, a manutenção dos armamentos e a gestão dos recursos.
- Redução de riscos operacionais e legais, ao garantir que os materiais adquiridos estejam em conformidade com as normas da Polícia Federal, do Exército Brasileiro e da legislação vigente (Lei nº 10.826/2003 e Lei nº 14.133/2021).
- Sustentabilidade e responsabilidade ambiental, com previsão de logística reversa e descarte adequado de munições vencidas ou inutilizadas, conforme análise do item 7.

Esses resultados contribuem diretamente para o fortalecimento da segurança institucional, a valorização dos servidores e o cumprimento das metas estratégicas do TJDF, com observância dos princípios da legalidade, eficiência, economicidade e sustentabilidade.

12 - PROVIDÊNCIAS PARA ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE DO ÓRGÃO

12.1 - ANÁLISE DA NECESSIDADE DE GUARDA E ARMAZENAMENTO

[] Não se aplica. Trata-se de contratação de prestação de serviço. (Seguir para o item 13)

- São necessárias condições especiais para armazenagem do material?

[x] *Sim. Informe as condições:*

As munições requerem **condições especiais de armazenagem**, conforme normas da Polícia Federal e do Exército Brasileiro, incluindo:

- Local seguro, com **controle de acesso restrito**;
- Ambiente com **temperatura e umidade controladas**, para evitar deterioração do material;
- Estrutura física adequada, com **paredes reforçadas, ventilação adequada e sistema de prevenção contra incêndios**;
- Registro e controle de entrada e saída de material, conforme exigências legais e normativas internas.

Assim, as munições deverão ser armazenadas na sala específica para guarda de munições e armas instalada pela **COPOL (sala cofre)**.

☐ Não necessita de condições especiais.

☐ Não se aplica.

- Há alguma característica no material que possa representar risco no armazenamento?

☒ *Sim. Informe quais as características e os riscos:*

- Natureza explosiva e inflamável: As munições contêm pólvora e outros componentes que podem reagir em caso de exposição ao calor excessivo, impacto ou curto-circuito.
- Risco de furto ou desvio: Por se tratar de material controlado, há risco de uso indevido caso haja falhas na segurança física ou documental.
- Sensibilidade a condições ambientais: Variações extremas de temperatura e umidade podem comprometer a integridade do material, tornando-o inutilizável ou perigoso.

☐ Não há característica que represente risco.

☐ Não se aplica.

- A unidade responsável pelo armazenamento já foi formalmente certificada sobre a necessidade de guarda temporária, assim como as referidas condições e características do material?

☒ Sim.

☐ Não. Qual a data prevista para certificar: ____/____/____.

☐ Não se aplica.

12.2 - HAVERÁ NECESSIDADE DE AQUISIÇÃO DE INSUMOS PARA UTILIZAÇÃO DO BEM?

☐ *Sim. Informe quais os insumos ou serviços, bem como as unidades relacionadas:*

☒ Não.

12.3. NECESSIDADE DE CAPACITAÇÃO PARA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

Não se aplica.

13 - HÁ CONTRATAÇÕES CORRELATAS OU INTERDEPENDENTES?

☐ *Sim. Informe qual contratação e a circunstância de correlação ou interdependência:*

☒ Não.

14 - IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS DE TRATAMENTO (CONSIDERANDO A ANÁLISE DO ITEM 7,DESCREVA OS POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS, INCLUÍDOS REQUISITOS DE BAIXO CONSUMO DE ENERGIA E DE OUTROS RECURSOS, BEM COMO LOGÍSTICA REVERSA PARA DESFAZIMENTO E RECICLAGEM DE BENS E REFUGOS, QUANDO APLICÁVEL)

A aquisição de munições, ainda que essencial para as atividades institucionais, pode gerar impactos ambientais em diversas fases do ciclo de vida do objeto. A seguir, são descritos os possíveis impactos e respectivas medidas mitigadoras:

Possíveis Impactos Ambientais:

- Geração de resíduos perigosos: Munições vencidas, danificadas ou inutilizadas representam risco ambiental e devem ser descartadas com cuidado.
- Risco de contaminação: Componentes químicos presentes nas munições podem contaminar o solo ou a água se descartados de forma inadequada.
- Consumo de recursos naturais: A produção e transporte envolvem uso de energia, combustíveis fósseis e materiais não renováveis.
- Emissão de gases poluentes: O transporte e uso das munições podem contribuir para a emissão de CO₂ e outros poluentes.

Medidas Mitigadoras Adotadas:

- Logística reversa: Munições vencidas ou inutilizadas serão devolvidas ao fabricante ou descartadas conforme normas da Polícia Federal e Exército Brasileiro, evitando impactos ambientais.
- Armazenamento seguro: O ambiente de guarda será controlado quanto à temperatura, umidade e segurança, evitando deterioração e acidentes.
- Contratação de transporte especializado: Empresas habilitadas e com licenciamento ambiental serão responsáveis pelo transporte, reduzindo riscos de acidentes e contaminação.
- Planejamento de consumo: A aquisição será feita com base em demanda real e controle de estoque, evitando excesso e descarte desnecessário.
- Baixo consumo de energia: A armazenagem será realizada em ambiente com controle eficiente de climatização, evitando desperdício energético.

15. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA

(ITEM OBRIGATÓRIO. ART. 18 §1º INC. XIII DA LEI 14.133/2021)

Descreva de forma conclusiva os motivos que tornam a contratação adequada para o atendimento da demanda apresentada, considerando a solução escolhida, a vantajosidade econômica, a viabilidade técnica, o alinhamento estratégico e os impactos ambientais, se houver.

A contratação proposta revela-se adequada, viável e vantajosa para o atendimento da demanda apresentada pelo TJDFT, considerando os seguintes aspectos:

- Solução escolhida: A aquisição de munições de calibres diversos, compatíveis com os armamentos institucionais, atende plenamente às necessidades operacionais da Polícia Judicial, garantindo segurança, padronização e eficiência no uso dos equipamentos.
- Vantajosidade econômica: A contratação junto ao fornecedor exclusivo permite economia de escala, redução de perdas por deterioração, otimização logística e menor custo administrativo, além de assegurar o abastecimento contínuo de insumos essenciais.
- Viabilidade técnica: A solução apresenta compatibilidade balística com os armamentos em uso, desempenho comprovado, certificações nacionais e internacionais, e conformidade com os requisitos legais e operacionais exigidos pelos órgãos reguladores.
- Alinhamento estratégico: A medida está alinhada ao Plano Estratégico 2021–2026 do TJDFT, à Política Nacional de Segurança do Poder Judiciário e aos normativos internos, contribuindo para o fortalecimento da segurança institucional, a valorização dos servidores e o cumprimento das metas institucionais.
- Impactos ambientais: A contratação contempla medidas de sustentabilidade, como logística reversa, descarte ambientalmente seguro, transporte especializado e planejamento de consumo, em conformidade com o Plano de Logística Sustentável (PLS) do TJDFT.

Diante do exposto, conclui-se que a contratação é tecnicamente viável, legalmente fundamentada, economicamente vantajosa e ambientalmente responsável, devendo-se prosseguir com os trâmites administrativos para sua efetivação, conforme os princípios da Lei nº 14.133/2021 e as boas práticas de gestão pública.

15.1 - Considerando o posicionamento conclusivo, informe:

[] Na pesquisa realizada, verificou-se a existência de Intenção de Registro de Preços - IRP aberta, compatível com a solução escolhida.

A contratação se dará com a participação do TJDFT na IRP nº _____ Órgão: _____

[] Na pesquisa realizada, verificou-se Ata de Registro de Preços de outro órgão vigente, compatível com a solução escolhida. (Para Adesão, preencha o Formulário SEI: #Formulário: Adesão à ARP de outro órgão)

Assinam este documento:

Integrantes da Equipe de Planejamento que participaram da elaboração do ETP (Caso haja designação)

Responsável pela elaboração do ETP (Caso não haja designação de equipe de planejamento)

Coordenador(a)

Secretário(a)



Documento assinado eletronicamente por **Tiago de Britto Veiga, Supervisor(a)**, em 14/12/2025, às 09:40, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Ubirajara Alves Souza de Jesus, Técnico Judiciário**, em 14/12/2025, às 09:46, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Norton Maxwell De Carvalho, Técnico Judiciário**, em 14/12/2025, às 09:46, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Fernando Dutra de Santana, Secretário(a)**, em 15/12/2025, às 12:49, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Enio Goncalves de Almeida, Coordenador(a)**, em 15/12/2025, às 15:33, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tjdft.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&acao_origem=documento_conferir&lang=pt_BR&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **4860634** e o código CRC **B1F46FF1**.